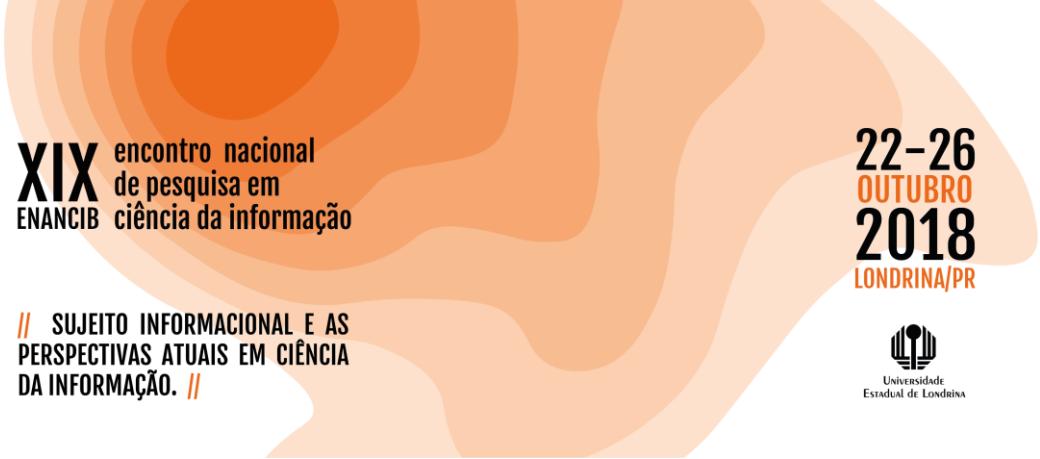




XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação

OS DOCUMENTOS DAS CHANCELARIAS REAIS NO RENASCIMENTO E O CONTROLE DA LÍNGUA

Claudia Bucceroni Guerra

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Geni Chaves Fernandes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

THE DOCUMENTS OF THE ROYAL CHANCELLERIES IN THE RENAISSANCE AND THE CONTROL OF THE LANGUAGE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Esta comunicação aborda o controle da escrituração das chancelarias reais do fim da Idade Média e no Renascimento, época da emergência dos Estados nacionais europeus, como parte do início do processo da chamada gramatização das línguas vernáculas. Aspectos deste controle foram focalizados a partir dos conceitos teóricos de González de Gómez (1999) na produção de um valor de informação, e das práticas documentárias institucionalizadas propostas por Frohmann (1994, 2012). A leitura de um documento produzido pelas chancelarias, com palavras escolhidas, e um discurso ordenado constituem artefatos de informação e dispositivos, como “pontas de lança” das chancelarias. O processo de substituição do latim, língua oficial da Igreja Católica e dos documentos reais durante grande parte da Idade Média, para o uso da língua vernácula visou a ampliação do poder central das coroas, fortalecendo a noção de pertencimento a uma nação.

Palavras-Chave: Chancelaria Real; Latim; Vernáculo; Documento; Gramatização.

Abstract: This communication addresses to royal chancelleries documentary bookkeeping control in the late Middle Ages and the Renaissance, the time of the emergence of the European national states, as part of so called vernacular grammatization process. This control was focused on the theoretical concepts of González de Gómez (1999) in the production of an information value, and the institutionalized documentary practices proposed by Frohmann (1994, 2012). The reading of a document produced by the chancelleries, with chosen words, and an ordered discourse constitute information artifacts and devices, like "spearheads" of the chancelleries. The process of replacing Latin, the official language of the Catholic Church and the royal documents during much of the Middle Ages, for the use of the vernacular aimed at extending the central power of the crowns, strengthening the notion of belonging to a nation.

Keywords: Royal Chancellery; Latin; Vernacular; Document; Grammatization.

1 AS LÍNGUAS EUROPEIAS

Diz a letra da música de Caetano Veloso, “Minha pátria é minha língua”, referência à identidade, partilha e pertencimento. A bem de sublinhar o vivido, expresso e partilhado em uma língua, em conferência sobre a temática, Rodolfo Ilari (2004) também lembra que nestas construções históricas que são as línguas “[...] não se chega à grande noção de pátria sem que as pessoas compartilhem uma forte quantidade de esquecimentos [...]” e de silenciamentos.

Esta comunicação aborda o papel da normalização documental nas chancelarias reais, a partir da emergência dos Estados Nacionais, como parte de um dos processos na chamada gramatização das línguas europeias. Focaliza-se, para além do informar, o fazer ouvir e cumprir o escrito para todos, num domínio territorial.

Por normalização documentária entende-se critérios diferenciados e utilizados na produção de tipos documentais com finalidades determinadas, oriundos de práticas institucionalizadas pelo costume, por normas e mesmo por leis, constituindo modelos que permitem identificar e diferenciar tipos. Podem ser objeto destes critérios os elementos a figurar no documento (título, marca, assinaturas, data, resumo, origem etc.) e sua localização, regras de redação e restrições de conteúdo (GARCÍA RUIPÉREZ, 2016, TROITIÑO RODRIGUEZ, 2015). O entendimento de tipos documentais e da construção de seus modelos por práticas documentárias institucionalizadas corresponde às análises teóricas de Frohmann (2012), mas que a seu turno indaga as tensões sociais que estabelecem os autorizados ou autoridades na conformação e validação de documentos e os efeitos destes na construção da realidade social.

No período em foco, à normalização documental realizada pelas chancelarias reais corresponde o início do processo de crescente normalização (regularização, correção, uniformização) tanto ortográfica quanto gramatical na escrita dos vernáculos europeus. Aponta-se, portanto, seu entrelaçamento e o papel das chancelarias na normalização do vernáculo via normalização documental. A construção da soberania dos Estados nacionais europeus e seu domínio sobre um território se travou pela capacidade de fazer guerras, alianças e recursos, associados à dominação simbólica e controle de práticas locais. No cenário de transformação e expansão das atividades comerciais, produtivas, financeiras e do ensino dos séculos XII e XIII, onde protagonizam em disputas a Igreja e os reinos, a produção documental se multiplica e o documento é cada vez mais meio prova e de controle, alicerçado no direito, aliado das finanças. Se na oralidade medieval existia mais confiança “[...] no

testemunho de um mensageiro que na ‘pele manchada de tinta’ [...]” (BATANY, 2006, p.389-390), a crescente valorização do escrito levaria cada vez mais a “[...] acreditar-se no que reza a pele de um animal morto em detrimento da voz humana viva” (BATISTA, 2002, p.113).

No período medieval a dominação e os controles que se realizam pelo escrito eram redigidos em latim. Embora haja textos em língua maternas, as línguas dadas por Deus¹(AQUINO, 2001, p.102), em anotações pessoais, comerciais, mercantis e literárias datados do século XI, só no Renascimento estas línguas seriam adotadas como oficiais na documentação dos Estados². A esta adoção corresponderia aquilo que Auroux (2009b) chama de revolução da gramatização: a descrição e instrumentação exponencial das línguas por meio de gramáticas e dicionários. O processo foi precedido, na baixa Idade Média, pela transcrição de cada língua em caracteres latinos, baseada no som das palavras, com das variações de grafia e regras de composição. Só séculos depois os Estados Nacionais ensejariam o controle da ortografia e a produção de gramáticas (AUROUX, 2009, p.65). O longo período que separa o aparecimento de uma literatura grafada de falas regionais às construções dos idiomas das nações, indicia, de um lado, a formação de culturas regionais e, de outro, a intervenção dos recém-formados Estados no plano simbólico. A leitura de Auroux (2009a, 2009b), associada a outros textos, permite, talvez com certa liberdade, entender que esta revolução foi antecédida e acompanhada por fases associadas a certos processos, muito embora não apresentem correspondência simples e nem linear. Trata-se de identificar elementos do que Auroux (2009b) chama de horizonte de retrospectão do processo de construção da gramatização.

As fases, mesmo em sequência, não necessariamente perfazem uma substituição. Assim, por exemplo, a primeira fase sobrepõe-se a segunda, o que não será difícil de verificar.

Domínio Igreja e do latim. Para além da fé cristã, a Igreja católica fez a preservação e reutilização de estruturas e práticas do Império romano, no modelo *Imitatio Imperii*, sempre questionado pelo modelo *Imitatio Christi*. O latim foi uma destas preservações, sendo língua

¹ A fala local era inicialmente chamada de língua do pai. A troca para língua da mãe e língua materna evitava a confusão com a língua do Pai, que era o latim.

² Um dos mais antigos documentos encontrados em língua italiana é o fragmento de uma conta comercial datada de 1211, na cidade de Siena. (GUREVIČ, 1989, p.179). O mais antigo documento conhecido, escrito em língua portuguesa, data de 1175 “Notícias de Fiadores” e o régio é o testamento de D. Afonso II, de 1214. Em 1279, é a língua oficial da chancelaria régia portuguesa (MARTINS, 2007, p.162, 163). Textos com Canções de Gesta língua francesa datam do século XII. (ARIAS, 2012, p.36) e nas cortes de justiça a partir do século XV (AQUINO, 2001, p.102).

oficial do Vaticano até recentemente³, tornando-se na Idade Média a língua dos letrados nas administrações, primeiro clérigas e depois laicas. O latim escrito na Idade Média era pouco dinâmico, mas a seu lado circula o latim vulgar, ou “românica rústica”, uma língua franca existente desde o século IV, e que iria conviver com os dialetos (variantes das línguas) célticos e germânicos após a queda do Império sendo as bases de construção das falas regionais e das línguas (ZINK, 2006). É uma língua viva e cheia de variantes.

A **Escrita literária** de canções e poemas permitiu o aparecimento mais robusto de uma escrita em vernáculo a partir do século XII, associada à formação de culturas regionais. Escrita ancorada na fala e no canto de histórias que se instalará mais tarde nas cortes (BATANY, 2006, p.387). São falas regionais e flutuantes, recortadas em dialetos, uma língua viva como a “românica rústica” que irão substituir.

Comércio e necessidade de traduzir. A partir do século XII, o mercador se desloca nas rotas comerciais mediterrâneas e do Norte para as feiras da Champanha e precisa se entender com seus fornecedores e clientes, sendo para eles produzidos dicionários (glossários mercantis bi e trilíngues). Adotam a letra cursiva em uma escrita comercial clara e rápida para contabilidade, escrituração de livros e atos comerciais, cada vez mais seriam escritos nas línguas regionais. Demandavam para seus filhos que as escolas menores ensinassem as matérias indispensável às suas futuras atividades como o cálculo, a geografia e a aprendizagem de línguas vivas. Assim, ao lado da cultura literária, a atividade comercial teria papel importante na escrita e tradução de línguas regionais (LE GOFF, 1982).

Os Estados e os controles internos na comunicação. Na Idade Média a Igreja teve a primazia do estabelecimento de lugares de reprodução e guarda documental. O comércio e as coroas tomariam os modelos da Igreja para produção e guarda de documentos, para cartórios, chancelarias de cúrias, câmaras de contas e chancelarias de coroas. O registro dos atos jurídicos, um contrato, um título, uma doação, uma norma, seria cercado de meios que impedissem sua corrupção e a falsificação. A normalização do documento pelas chancelarias no Renascimento implica no ordenamento de suas informações, na disciplinarização dos termos utilizados e no uso dos signos de sua autenticidade como selos, subscrições, marcas e assinaturas (FRAENKEL, 1990). A adoção das línguas vernáculas flutuantes não foi banal,

³ O *Regimini Ecclesiae Universae* de Paulo VI estabeleceu, em seu artigo 10, o latim como língua oficial da Cúria Romana (VATICANO, 1967). A lei geral do Vaticano de 2000 não estabelece nenhuma língua oficial (VATICANO, 2000). O papa Francisco adotou o italiano, ao invés do latim como língua oficial do Sínodo extraordinário da família de 2014 (REUTERS, 2014).

demandando o exame de suas motivações e influências no processo de gramatização das línguas e construção da noção de Estado nação.

Imprensa e Reforma. A imprensa teve papel central no processo de gramatização. No lugar do copista, que sobrepõe camadas de comentários e glosas, porque sua cópia é também o estudo do texto, coloca-se o impressor reproduzidor de inúmeras cópias e viabilizador das demandas por novas obras. “A normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional” (AUROUX, 2009a, p.56), passando pela criação de fontes de letras à correção dos textos (HEITLINGER, 2011), difundindo padrões ortográficos em escala não permitida pelos manuscritos.

Colonização e o domínio das línguas. Rotas comerciais marítimas e colonização colocariam confrontos e obstáculos de comunicação frente a línguas e culturas exóticas para os europeus. Os colonizadores produzem um arsenal discursivo em documentos variados (cartas, cartografias, relatos de viajantes, crônicas, ilustrações artísticas, anotações de viagem) que são sua visão das colônias, um saber destas línguas para catequização, uma política de substituição por línguas europeias (SEVERO, 2016). Contam aí o controle soberano dos Estados sobre novos territórios e a conversão de seus nativos à fé cristã (AUROUX, 2009a).

Estas fases brevemente citadas apresentam algumas correspondências a processos que antecedem e põem em realização a gramatização das línguas europeias.

Ensino e difusão da gramática latina. O ensino da escrita do latim, com o uso das gramáticas na Idade Média, de certo modo assemelha-se ao ensino de uma “língua estrangeira”, mesmo que falada por muito poucos. Associam-se ao longo do processo o aprender a escrever e o uso da gramática. Mesmo que nas diversas regiões da Europa se fale línguas germânicas (tudesco) e a “românica rústica”, falar e escrever em latim literário dependia de estudo e das gramáticas, que eram seus instrumentos.

Expansão da escrita em língua vernácula. A formação das línguas regionais vernáculas a partir das falas acompanha as construções culturais e a expansão do comércio, fazendo aparecer, pelo menos desde o século XII, a literatura poética e a escrituração comercial. Mais falas regionais do que línguas, foram grafadas em caracteres latinos a partir dos sons. Sua grafia acompanha o desenvolvimento destes falares livres de intervenção, apresentando grandes variações dialetais, já que ao menos até o século XV não estariam sujeitas às regras de construção das gramáticas (AUROUX, 2009a, p.70).

Gramatização das línguas vernáculas. As traduções e a comunicação dentro de um território, garantindo a soberania, estão no primeiro plano da construção de gramáticas das línguas vernáculas, que tomarão por paradigma a gramática latina. A primeira foi a castelhana, no século XV, tendo como um de seus objetivos facilitar o aprendizado do latim pelas crianças (AUROUX, 2009a, p.53). Isto porque na gramatização das línguas europeias, a gramática greco-latina seria tomada por paradigma, acompanhada de dicionários bilingues que remetem cada língua vernácula ao latim. Sendo um instrumento de conhecimento e normalização de uma língua, a gramática lança mão de prescrições à fala e à escrita a partir de uma coleção de exemplos nucleares para língua, do tipo diga X, não diga Y, fala-se X e não Y, reduzindo as variações do vernáculo (AUROUX, 2009a, p.67-68). É talvez por isso que Rodolfo Ilari (2004) sublinhou que nestas construções históricas das línguas “[...] não se chega à grande noção de pátria sem que as pessoas compartilhem uma forte quantidade de esquecimentos [...]” e de silenciamentos.

Traduções para comunicação de vernáculos gramatizados pelo paradigma greco-latino levariam à suposição de possibilidade de uma língua universal. A este fenômeno Auroux (2009a) chama de gramática latina estendida que, permitindo descrever cada vernáculo, daria lugar, a partir do século XVII, às ‘gramáticas universais’. Havia nesta proposta a suposição de básicas invariáveis, associadas a dicionários multilíngues que, por seu turno, supunham um real em si alicerçado nas concepções platônico-aristotélicas (AUROUX, 2009b).

Descrição de línguas exóticas a partir das categorias já latinizadas das línguas europeias, a gramatização acompanharia a colonização, estendendo-se para traduzir, para grafar e gramatizar as línguas exóticas muito diversas, ou especialmente, para exportação de línguas para as colônias (AUROUX, 2009a). Mesmo as línguas exóticas utilizarão o paradigma greco-latino, como a gramática tupi por Anchieta. Os nativos lerão gêneros discursivos europeus traduzidos, verão ajustes de mitos locais a interpretações cristãs e, finalmente, a imposição de uma língua nacional vinda da Europa (SEVERO, 2016).

Este panorama de fases e processos mostra a complexidade que entrelaça as questões info-documentais e a gramatização das línguas e, portanto, a impossibilidade de abrange-las em uma única comunicação, servindo apenas como uma espécie de fundo para localizar a abordagem da disciplinarização da ortografia nos documentos, no âmbito das chancelarias.

2 LITTERAE E PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS

O processo político/territorial de concentração dos clãs em reinos, no decorrer da baixa Idade Média (séculos XI ao XV), se deu por meio de guerras e casamentos, formando Estados que precisavam impor seu poder diante de seus vizinhos também expansionistas; das pouco definidas leis de sucessão derivadas dessas uniões matrimoniais frágeis; e da força da Igreja Católica que detinha a centralização do poder espiritual e político nas mãos do papa, invocando seu poder universal frente aos poderes locais. O sistema capilar da Igreja, com bispados e mosteiros espalhados por toda a Europa Ocidental, utilizava um idioma com pretensão universal e associado a uma produção documental eclesiástica e laica: o latim. O sentido de uma identidade nacional dos futuros Estados necessitaria de ações políticas e simbólicas, sendo a adoção do vernáculo local como língua oficial uma das principais ações que mobiliza povos até os dias de hoje. Veja-se como exemplo o movimento da Catalunha em fundar um país a parte da Espanha, originado no período medieval, quando da reconquista territorial contra os mouros, o reino de Castela e Leão (língua castelhana – espanhol) conseguiu se impor ao reino da Catalunha (língua catalã).

Retomando comunicações anteriores (FERNANDES; GUERRA, 2013; FERNANDES; GUERRA, 2014; GUERRA; FERNANDES, 2016), que ativeram-se às práticas que estavam sendo forjadas no decorrer da Idade Média na construção do documento, enfoca-se aqui menos a construção do que se entende por documento e mais as mudanças nas práticas documentais e de difusão informacional, derivadas da adoção pelos Estados das línguas locais como idioma no processo escriturário oficial. Portanto, examinam-se alguns meios de controle da língua, e daí do discurso possível, pela normalização documental. Trabalha-se com os conceitos teóricos de González de Gómez (1999) sobre a construção de valores de informação.

González de Gómez (1999) organiza, a partir de três grandes estratos, sua concepção teórica das ações que constroem valores de informação. O informacional, encontra-se nas práticas sociais, onde a produção de algo novo (*design*, tecnologia, teoria) entrelaça saberes locais, ideias novas e padrões já estabelecidos, conformando, em cada esfera social produtiva, algo como documento. Mesmo sendo um estrato onde se encontra certa flexibilidade interpretativa, há algum constrangimento dados por critérios e práticas de produção documental já estabelecidos. Suas demandas de inovação operam uma tensão de interesses diversos e podem conduzir a mudanças nestes critérios, instrumentos, tecnologias e práticas que caracterizam o metainformacional. O metainformacional identifica regras estabelecidas de aceitação, interpretação e distribuição de um valor de informação, oriundas e ao mesmo

tempo norteadoras do que Frohmann (1994) chama de práticas documentárias institucionalizadas. Tais práticas funcionam como conformação e controle da produção documental, tratando-se de regras, normas, tecnologias, costumes: o institucionalizado. O estrato do dispositivo é o dos documentos reunidos numa “memória de ações de informação” que os coloca ao dispor. Como sistema de informação é “[...] tecnicamente disponibilizado: inserido na ação; contextualizado e institucionalizado, propositalmente desenvolvido e sempre em desenvolvimento” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p.58) e reflete a “[...] expressão de uma vontade e de um projeto organizacional; o dispositivo aponta a efeitos e resultados” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999, p.23-24). O dispositivo e seus instrumentos colocam ao dispor artefatos de informação, no sentido de produtos materiais que visam informar, segundo uma vontade e um projeto.

Partindo do entendimento de práticas documentárias que conformam os documentos (FROHMANN, 2012), entende-se que o momento do declínio do latim como língua franca e a ascensão das línguas regionais como idiomas nacionais refletem a necessidade dos reis de fortalecerem o Estado como instituição, por meio da adoção de práticas documentárias laicas, separadas da Igreja e em seu idioma próprio, mesmo que estas tenha sido seu modelo. As monarquias nascentes dependeram por muito tempo da Igreja para validar seu poder, mas a aliança entre reis e o papado nem sempre era totalmente amistosa, ocorrendo conflitos de poder como por exemplo a questão das investiduras⁴. Mesmo antes da invenção da imprensa em 1450 a administração dos reinos europeus estava substituindo o latim pela língua vernácula em seus documentos: o reino de Castela no século XII, a França no XIV e a Inglaterra no XV (BURKE, 2010). Parte deste processo é estudado aqui, no caso de uma instituição estatal importante: a Chancelaria⁵. Responsáveis pela produção e difusão de cartas, atas e tratados, normas, é das chancelarias reais grande parte da documentação que resistiu à degradação do tempo. Por meio desses documentos é possível observar mudanças estruturais dos idiomas. Registros da língua falada são mais raros e imprecisos, os mais frequentes são processos judiciais e as peças teatrais (BURKE, 2010). Frohmann (2012) afirma que práticas

⁴ O poder do imperador associava-se à interpretação do arcebispo de Reims que o rei agia em conformidade com a vontade de Cristo, que era o Rei dos reis (FRANCO JÚNIOR, 2006, p.73). Baseado neste poder, imperador Henrique IV (1050–1106), ignorando a autoridade do papa Gregório VII (1073-1085), ordenou bispos, instalando o que se chamou de "crise das investiduras" (FERNANDES; GUERRA, 2016).

⁵ Na emergência dos Estados o termo deve ter um sentido amplo, incluindo a produção, cópia, registro e guarda de documentos enviados e recebidos, incluindo escritório régio, câmara de contas e arquivos.

documentárias exigem treinamento, ensino e correção. No caso das chancelarias destaca-se o papel dos notários do rei e das cidades e seus manuais de modelos de cartas. Caberia aos notários o papel de normatizar a escrita e padronizar a língua dos documentos para não haver dúvidas sobre o conteúdo estratégico. Mais tarde, com a difusão da imprensa, a preocupação com a ortografia se intensifica com vistas à massificação da leitura (BURKE, 2010).

No processo de adoção das línguas vernáculas pelos embriões dos Estados nacionais, durante os últimos séculos da Idade Média e início do período conhecido como Renascimento, examinam-se aspectos das práticas documentárias (FROHMANN, 2012) que, sendo práticas históricas, têm começo, meio e fim.

3 O LATIM DE ROMA E O LATIM DA IDADE MÉDIA

Desde a ascensão da Igreja como um poder universalizante e normativo de grande extensão da Europa Ocidental, o latim foi adotado como língua franca dos povos cristãos. O livro sagrado (a Bíblia), as missas e cerimônias, as aulas monasteriais, os encontros diplomáticos entre bispos e reis locais e, principalmente, os documentos da Cúria Romana, das igrejas e mosteiros, eram todos escritos em latim. Não se tratava do mesmo latim dos antigos romanos, já que desde o século IX não havia mais nenhuma comunidade falante da língua do Império Romano (BURKE, 2010, p.60).

Simbolicamente o latim significava muito mais que uma língua oficial da igreja católica. Utilizado nas liturgias e afastado da vida cotidiana, fornecia “[...] um sentimento de universalidade [...] [e] de tradição, que pode ser definido como o pertencer a uma comunidade que inclui os mortos além dos vivos” (BURKE, 2010, p.64). Do medievo ao início da era moderna é marcado por uma diglossia, quando dois idiomas coexistem em determinadas ocasiões. Nas cortes dos reinos e nas cidades e feiras se falava vernáculos bárbaros, enquanto o latim era a língua dos eruditos, clérigos, diplomatas e viajantes (BURKE, 2010). A vantagem do latim como língua de comunicação e escritura dos documentos era este seu caráter universalizante. Por isso seu declínio foi mais lento em locais onde afluíam pessoas de diversas regiões da Europa e até do Oriente, como universidades e mosteiros. O latim medieval foi vernacularizado pelas práticas de comunicação entre clérigos e leigos instruídos ou não (BURKE, 2016, p.100). Era uma língua viva e em constante mudança por seus contatos com os vernáculos locais (ZINK, 2006) e influenciada pelos novos campos de saber nas universidades e nos embates filosóficos. Os notários eram constantemente desafiados a criar palavras latinas

para dar conta das novas situações que não existiam na velha Roma. Burke (2016, p.102) cita o curioso caso da Universidade de Pádua na qual os estudantes criaram uma língua artificial, misturando o latim com dialetos locais, um “latim macarrônico” no qual às palavras em dialeto era acrescentado uma terminação latina.

Na Reforma Protestante, quando clérigos como Martinho Lutero (1517), João Calvino (1564) e o rei da Inglaterra, Henrique VIII (1531) se rebelam contra a corrupção moral e econômica da Igreja Católica, uma das primeiras ações dos reformadores foi providenciar traduções da Bíblia em línguas vernáculas. Para Burke (2010, p.65) a utilização do vernáculo cotidiano pelos protestantes era uma forma de dessacralizar as cerimônias religiosas e reduzir a distância entre o domínio da religião e o dia-a-dia das pessoas. No concílio de Trento (1545-1563), que buscava resolver os problemas internos provocados e provocadores do movimento de Reforma religiosa, tentou-se impor a língua vernácula na liturgia e a possibilidade de traduzir a Bíblia, visando um maior alcance da palavra de Deus. No entanto, setores tradicionais da Igreja se opuseram porque o domínio e monopólio da língua latina pela Igreja não era somente uma questão de tradição, era também de um domínio do qual não se queria abrir mão. O latim ainda manteve seu espaço nos meios intelectuais e diplomáticos por muito tempo e mesmo no Renascimento foi mantido pelo que Burke (2016, p.70) denomina “comunidades textuais” de letrados que ainda se comunicavam e escreviam em latim. Estatísticas da feira de Frankfurt, importante local de venda de livros impressos do século XVII, indicam que ainda se escreviam muitos livros em latim (BURKE, 2010, p.70). São emblemáticos nesta contraposição à utilização do latim ou do vernáculo para transmitir seus conhecimentos Erasmo de Roterdã e Martinho Lutero. Erasmo escreveu um tratado sobre a necessidade de traduzir a Bíblia para as línguas locais para que “lavradores, tecelões e mulheres” pudessem ler (BURKE, 2010, p.67), no entanto, esse tratado foi escrito em latim, pois era dirigido ao grupo de letrados da Igreja e das Universidades da maioria dos países da Europa. Tal atitude implica em uma escolha pela “extensão geográfica”. Lutero dedicou-se a traduzir a Bíblia e criou uma liturgia na língua do seu lugar de pregação, o alemão, para que seu povo pudesse ler as escrituras e entender mais facilmente a palavra de Deus. Ele escolheu a “profundidade social” para ser ouvido pelas pessoas comuns. (BURKE, 2010, p.71)

4 A CHANCELARIA E OS ESTADOS NACIONAIS

Chancelarias eram repartições que empregavam notários sob o comando de um chanceler, responsável pelo secretariado real, que controlava a redação e a expedição das atas reais. Sua autoridade vinha do fato de lhe ser conferido pelo rei a posse do selo real. (FEDOU, 1980, p.32). Até o século XII as chancelarias seculares (laicas) eram pouco organizadas (MUNDY, 1991, p.309).

Havia as Chancelarias eclesiásticas, que nos primeiros séculos da Idade Média preservavam os documentos públicos. A prática de guardar uma cópia de toda carta importante escrita na chancelaria foi criada pela chancelaria do papado, cujas cópias eram depois compiladas em livros de registros. No pontificado de João XXII (1316-1334) foram registradas cerca de 65.000 cartas (MUNDY, 1991, p.309). A Igreja manteve sua fidelidade ao latim no decorrer da Idade Média e início do Renascimento como símbolo de poder, no entanto, foram nas chancelarias reais, laicas, que as transformações práticas documentárias relacionadas com a adoção das línguas vernáculas iriam se impor. Buscou-se nestes locais de produção de documentos exemplos de práticas escriturárias anunciadoras de novos procedimentos que se tornaram estratégias de Estado, ligadas à aceitação da língua vernácula. O melhor exemplo está nas chancelarias reais, dispositivos que escrevem para se saber, ouvir e cumprir o que ordena o Estado. A língua é uma das manifestações “mais acessíveis” do que pode se considerar como “caráter nacional” (ELIAS, 1990, p.119) e para tal organiza-se o que Aurox (1999a, p.53-54) chama de política linguística, que tornaria a aprendizagem da língua oficial uma obrigação para os cidadãos.

Estudando das sociedades de cortes e a história dos costumes, Elias (1990) argumenta que no caso francês a língua foi fortemente marcada pela nobreza. Mas essa influência se daria, nos séculos XVI e XVII, pela fala e não tanto pela escrita, pelo modismo e gírias dos nobres. Na sociedade de corte: “[...] frases e palavras são corretas porque os membros da elite social as usam e são incorretas porque inferiores sociais as usam” (ELIAS, 1990, p.120). Do lado oposto ao da língua falada nas cortes francesas, Mikhail Bakhtin (1987) analisa as obras do escritor François Rabelais, no final do século XV, e descreve o vocabulário de seus livros *Pantagruel* e *Gargantua* como “embaraçoso nos meios eruditos” por ser o vocabulário das praças públicas, portanto, “ingênuo e grosseiro” (BAKHTIN, 1987, p.125). A produção de novos saberes e a cunhagem de novas práticas documentais pelas chancelarias dos Estados situa-se entre os estratos informacional ao metainformacional de González de Gómez (1999). No uso do idioma vernáculo como estratégia de soberania de um novo agente, o Estado influenciará

as práticas de produção documental. Forjar estas novas práticas, como aponta Frohmann (2012), exige treinamento, ensino e correção. Sua consolidação estabiliza um conjunto de normas, procedimentos, formatos, tecnologias no estrato metainformacional, que passará a nortear a conformação e validação documental.

Embora o vernáculo fosse utilizado na literatura em língua inglesa com Geoffrey Chaucer e seus Contos da Cantuária (publicados em 1476); na língua francesa nos poemas de François Villon (século XV) e mesmo nos registros do idioma falado em processos inquisitoriais como do moleiro Menocchio estudado Ginzburg (BURKE, 2010), são nos documentos administrativos das chancelarias que se encontram traços marcantes de uma nova postura frente às antigas práticas notariais em língua latina. No modelo de ascensão linguística do alemão, Norbert Elias cita a Chancelaria Imperial, juntamente com a Universidade, como lugares importantes desse processo:

Essas duas entidades estreitas e socialmente relacionadas. A Chancelaria e a Universidade, [...] influenciaram menos a fala do que a literatura. Formaram a língua escrita não através das conversas, mas do documento, das cartas e dos livros (ELIAS, 1992, p.119).

Ao final da Idade Média as chancelarias adquirem um papel estratégico na política de estado dos principais reinos da Europa. Segundo Fianu (2004, p.427), sua função era fazer conhecer as decisões, produzir os requerimentos ou de conceder os favores por escrito. Sua principal atividade era a preparação e a validação das atas, documentos oficiais e cartas e esses atributos eram conferidos diretamente pelo rei ou pelos grandes oficiais. A difusão de documentos legítimos, portadores de autoridade incontestável, era uma preocupação constante do poder real desde Philippe VI (1293-1350) que regulamentou as práticas da chancelaria para evitar a multiplicação de cartas falsificadas (FIANU, 2004, p.427). Além disso, a adoção dos idiomas locais pelas chancelarias de estado indicava uma estratégia de poder político que perpassa toda prática documentária. Febvre e Martin (1992) destacam os casos da França e da Espanha relacionando as chancelarias e os idiomas vernáculos. Burke (2010) fornece diversos outros exemplos do processo de formação dos idiomas europeus, desde a Alemanha até os países do extremo norte, mas nesse texto fixaremos a análise nos dois exemplos citados:

Havia muito existia, nas chancelarias, a preocupação de generalizar usos que, em muitos casos, tornaram-se os das línguas literárias. O aparecimento das monarquias nacionais centralizadoras ou seu fortalecimento no século XVI

favoreceu a unificação linguística, e a política dos reis da França e da Espanha é particularmente clara nesse ponto (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.447-448).

Mesmo antes da invenção de Gutenberg a substituição do latim pelo vernáculo na administração dos reinos começou pelas chancelarias reais, sendo o primeiro exemplo datado do século XIII no reino de Castela, no reinado de Afonso, o sábio (BURKE, 2010, p.31). Castela inovou quando, em 1494, Nebrija apresentou uma gramática, com propósitos de ensino do castelhano, de fixar a língua, para manter memória durável dos relatos de exploração da monarquia e para que estrangeiros pudessem aprendê-la (AUROUX, 2009a, p. 53). Desde o século VIII a região da Península Ibérica fora invadida e ocupada pelos muçulmanos do califado Omíada. Pequenos reinos localizados ao norte da península combatiam com algum sucesso, até o final do século XV, quando da vitória dos reis católicos de Castela em 1492 (LOYN, 1990, p.137). Durante esse período, as monarquias da península precisavam impor domínio e a adoção da língua castelhana (da região de Castela) representa a interposição do reino como líder no processo de Reconquista em detrimento de outras regiões com outros idiomas, como o catalão (língua falada até hoje na região da Catalunha). A adoção do vernáculo castelhano na escrita dos documentos da chancelaria significava um importante marco para atingir a população local e impor o castelhano como língua oficial do reino. Impõe-se o castelhano e os esquecimentos e silenciamentos do catalão e do árabe.

Fianu (2004, p.427) considera a chancelaria como a primeira instituição ligada à comunicação do reino e alude ao “Formulário de Odart Morchesne”, criado em 1427 pela Chancelaria do rei Carlos VII (século XV), com uma compilação de modelos de cartas para serem utilizadas pelos notários do rei. No Formulário do notário Odart, 93 modelos cartas foram escritas em latim, enquanto 181 modelos foram escritos em francês (FIANU, 2004, p.430). Práticas escriturárias no vernáculo francês não eram novidade no século XV. De fato, a maioria das chancelarias pincipescas (de pequenos reinos locais) se organizaram e se aperfeiçoaram no decorrer do século XII e XIII, praticando a escrita em francês, configurando a ascensão burocrática e o fortalecimento institucional dos principados durante o fim da Idade Média (NIEUS, 2010, p.285). Luisignan (2004) também considera que o movimento de adoção da língua vernácula nos documentos administrativos na França começa a ser percebido nos diversos principados do Norte no século XIII. Considera que a principal razão para esse processo estaria ligada à transformação radical da justiça, num momento em que o testemunho escrito se torna prova com o mesmo valor dos testemunhos orais, fazendo “[...]”

evoluir uma justiça fundada sobre o imediatismo da prova e do julgamento para uma justiça racional, inquisitorial e técnica”⁶ (LUSIGNAN, 2004, p.188), ligada ao exercício da função dos juízes, advogados e procuradores. Esta transformação associava-se ao método de produção de provas, quando o documento escrito adquire um valor probatório em detrimento aos costumes bárbaros como o ordálio e o duelo (GUERRA, FERNANDES, 2016). Luisignan (2004, p.189) considera o ano de 1215, quando o Concílio de Latrão proibiu o ordálio, como data inauguradora dessa tendência de “adotar” o vernáculo francês na administração.

Partindo dos principados, os reis franceses também iniciaram a substituição do latim nas atas de suas chancelarias. Mas a escolha da língua vernácula para produção dos documentos oficiais não foi um passo único, apresentando etapas de avanço e de retrocesso, adoções e rejeições, dependendo da região. Nos últimos anos do reinado de Philippe VI (1328-1350) a chancelaria produziu 80% de seus documentos em francês, mas quando Jean II (1350-1364) se tornou rei o uso do vernáculo foi banido, resultado da resistência dos escribas da chancelaria, cujos argumentos colocavam o latim como escrita da palavra divina, sendo mais adequada à majestade real (LUSIGNAN, 2004, p.174-179). Já os reis ingleses, a partir do final do século XIII, fizeram adotar, na Inglaterra e nas regiões de seu domínio, o anglo-normando como segunda língua administrativa (LUSIGNAN, 2004, p.196).

Os sinais mais efetivos de uma mudança de idioma no âmbito administrativo ocorrem numa época de distúrbios políticos que exigiram do rei atitudes reorganizadoras. No fim da Idade Média a França e a Inglaterra entraram em um longo conflito por territórios e poder na região norte do território francês. Questões de natureza feudal e antigas alianças matrimoniais fizeram com que a Inglaterra reivindicasse direitos de posse e sucessão do reino francês, acarretando uma série de conflitos conhecidos como a Guerra dos 100 anos (1337 a 1453). O rei francês Carlos VI, após sucessivas derrotas, concedeu do direito de herança da França para Henrique V da Inglaterra, deserdando seu filho, futuro Carlos VII. O filho contestou os acordos firmados pelo pai e se declarou rei, criando uma sede de governo na cidade de Poitiers. Segundo Loyn (1990, p.178-179), a vitória de Carlos VII contra os ingleses (com a ajuda de Joana d’Arc) e, por consequência, o fim dos conflitos entre os dois reinos, significou a consolidação da consciência nacional em ambos os Estados e estaria inserido em uma

⁶ Tradução nossa.

interpretação historiográfica de que esse conflito foi parte vital da crise na Europa Ocidental que levou à criação dos Estados Nacionais.

O idioma francês se destaca nessa crise política. Segundo Loyn (1990), Burke (2010) e Febvre e Martin (1992) a língua francesa era o idioma oficial do palácio e da diplomacia inglesa até fins do século XIV. Impossibilitado de assumir seu reinado nas cidades de Paris e Reims (sedes do governo), Carlos VII (1422-1461) dispunha de uma certa mobilidade que Fianu (2004, p.429) considera a razão para a criação de duas chancelarias: uma que lhe acompanhava em suas viagens (*Grand chancellerie*) e uma que ficava em Poitiers, a serviço do parlamento (*Petite chancellerie*), utilizando nos documentos o idioma francês. A adoção progressiva das línguas vernaculares pelas chancelarias reais a partir do século XV trouxe desafios para seus notários. Foi preciso organizar/normalizar escrita dos documentos reais e o advento da imprensa em meados desse século intensificou tal processo. Embora as línguas nacionais, agora escritas, tenham evoluído até o século XVI, “segundo de perto a língua falada”, havia ainda um descompasso entre o escrito e o falado (LEBVRE; MARTINS, 1002, p.447). Seria no decorrer do século que se observaria alguma “cristalização” das línguas, uma fixação das áreas linguísticas, não somente na forma falada como também na forma escrita, na ortografia.

Os autores estabelecem como princípio dessa fixação também os atos das chancelarias reais que, preocupadas em generalizar os usos das línguas nacionais em detrimento do latim, transformaram-nas em línguas literárias, isto é, em línguas prontas para serem lidas por aqueles que possuísem as habilidades necessárias (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.557). O exemplo da língua alemã é citado:

É claro que muito tempo antes do aparecimento dos prelos, uma língua comum começara a ser elaborada nas chancelarias: obra de conhecedores atentos, antes de tudo, à clareza e à precisão. Já na segunda metade do século XV, antes que a arte tipográfica tenha podido fazer sentir seus efeitos, vemos nascer um sistema de formas e uma ortografia que uma importante categoria de homens cultos considera o tipo certo da língua literária e que pode ser considerada como a base do alemão moderno (FEBVRE; MARTIN, 1992, p.450).

O já citado Formulário de Odart Morchesne, notário das chancelarias do rei Carlos VI, é um caso francês onde a chancelaria claramente propõe uma prática em vista da formalização das línguas. Originário da cidade de Orleans, Odart Morchesne era clérigo e secretário pessoal do chanceler de Carlos VII, Martin Gouge de Charpaigne e, quando o rei estabelece seu trono

em Poitiers, foi designado seu notário e secretário da principal chancelaria, a *Grand Chancellerie* (FIANU, 2004, p.428). Morchesne procurava não somente criar modelos de cartas e ofícios para guiar outros notários na redação correta, ele insistia acima de tudo nas “competências linguísticas necessárias” que um notário real deveria ter. Dentre as competências estaria o domínio da gramática e da ortografia (FIANU, 2004, p.431).

No contexto da invenção e desenvolvimento da imprensa, Febvre e Martin consideram que o desenvolvimento da ortografia era uma premissa necessária para a estabilização da escrita da língua em vias de sua massificação. Primeiro os notários das chancelarias, depois os tipógrafos, foram desafiados a criar formas de escritas necessárias para resolverem principalmente os problemas ortográficos (FEBVRE, MARTIN, 1992, p.458). Como exemplo da importância desta correção da ortografia, Febvre e Martin citam Robert Estienne, impressor e humanista, que escreveu um dicionário da língua francesa onde utiliza a ortografia adotada pela Chancelaria Real, pelo Parlamento e pelo Tribunal de contas, conformando-o à ortografia oficial do governo (FEBVRE, MARTIN, 1992, p.457).

Cada vez mais se viam esforços para constituir gramáticas e dicionários da língua vernácula, tendo como paradigma a gramática latina. A língua vernácula se torna literária e idioma nacional em grande parte dos Estados da Europa Ocidental. Na ponta deste processo está o que González de Gómez (1999) aponta como estrato do dispositivo e dos artefatos de informação, com seus meios de difusão e consolidação social. O papel das chancelarias dos Estados pode ser observado na relação entre os estratos metainformacional e do dispositivo, que põe ao dispor artefatos de informação. A conformação, validação e, portanto, filtragem, do que é aceito como documento, autoriza sua guarda, organização e difusão através de artefatos de informação. Estes artefatos, de interesse dos recém-formados Estados Nacionais, são apropriados nas práticas sociais com certa flexibilidade interpretativa, pelo representante local, pelo cidadão. Entretanto, operam como pontas de lança dos dispositivos na difusão do que deve ser falado, ouvido e cumprido.

Se a difusão informacional de modelos pela Igreja na baixa Idade Média estava principalmente ancorada nos sermões, com seus exemplos morais, e nas marcas da infâmia impostas aos condenados pela Inquisição (cf. FERNANDES; GUERRA, 2013), a formação dos Estados e o crescente valor do documento caminhariam para produzir artefatos informacionais escritos na língua vernácula, mesmo que fossem para ser anunciados em alta

voz pelo arauto, proclamador público⁷ (fazer ouvir) e depois afixados em locais grande visibilidade (NOVÁK, 2002, p.152). Assim, o controle no uso das línguas vernáculas nos documentos se fará acompanhar por sua difusão em vista de não exatamente de se ler, já que poucos sabem ler, mas de se fazer ouvir, fazer cumprir ordens das autoridades. Entretanto, não deixarão de constituir regras documentais que também eram regras de escrita. A produção destes artefatos não estava restrita às coroas e Estados. Os *Weisung*, documentos que listavam um rol de direitos e liberdades de um senhor sobre uma vila e que se iniciava com a frase “São direitos do senhor” (MORSEL, 2004, p.310), era uma prática de fazer dizer. A renovação destes direitos era anual e reafirmava simbolicamente o poder do senhor em uma cerimônia acompanhada por muitos. Cabia a representantes dos habitantes da vila, escolhidos por seu senhor, enunciar estes direitos. Cada direito era enunciado como respostas a perguntas feitas pelo representante local deste senhor aos representantes da vila, de maneira que seu sentido é fazer falar, fazer ouvir e legitimar estes direitos (MORSEL, 2004).

No Direito, cabe à autoridade a titularidade no dever de informar, e àqueles a quem se dirige, o dever de cumprir. Desde o século XIV, ao menos na França, a importância de publicizar os atos oficiais estava presente e cercada de ‘rituais de informação’ (WEIDENFELD, 2004). No século XV, no baronato de Beil, ordenava-se que toda publicação deveria ser acompanhada de sua declaração em voz alta e clara, em língua laica. A crescente ampla publicização das ordens e leis não só da coroa, mas de suas autoridades, fazia frente aos inúmeros casos de querelas diante dos tribunais, onde os advogados lançam mão do fato de seus clientes ignorarem as ordens e leis para inocentá-los (WEIDENFELD, 2004, p.174). A proclamação é feita pelos arautos, que portam vestimentas e signos distintivos e muitas vezes utilizam uma trombeta que precede seu anúncio. Seu discurso segue uma ordem que se inicia com a invocação dos nomes das autoridades e preâmbulos que qualificam as ordens e leis como resguardando a justiça, a ordem e a paz (OFFENSTADT, 2004, p.205) de modo que a normalização documental se insinua neste anunciar. O documento escrito é afixado em lugares públicos, com as marcas de sua validade. Quando os interesses locais eram divergentes da coroa, por vezes se impedia a organização deste dispositivo de informação, que necessitava não só de arauto, um cavalo e uma trombeta, mas de um aparato que acompanha a publicação, incluindo equipamentos e a presença e autoridades locais. A

⁷ O termo em francês, utilizado por Novák (2004) é *crier du roi*.

trombeta e o preâmbulo chamam a atenção necessária ao anúncio, visando sua memorização, o que nem sempre se consegue, especialmente quando o anúncio gera gestos e falas de protesto (OFFENSTADT, 2004, p.211). Seja como for, o arauto proclamador deve falar numa língua que se possa entender, apresenta insígnias de autoridade, sinais de validade e autenticidade do documento, anuncia autoridades e preâmbulos que correspondem à conformação documental.

A leitura de um documento produzido pelas chancelarias, com palavras escolhidas, e um discurso ordenado constituem artefatos de informação e dispositivos, como “pontas de lança” das chancelarias. Com o uso da língua vernácula amplia-se o poder central da coroa, se fortalece a noção de pertencimento a uma nação. Submeter à lei também é submeter a um vocabulário e a um modo de dizer.

7 PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Esta comunicação buscou algumas evidências do papel das chancelarias na emergência dos Estados nacionais europeus, observando o controle da escrituração documental no processo de gramatização das línguas vernáculas. Estes controles foram focalizados a partir dos conceitos teóricos de González de Gómez (1999, 2006) na produção de um valor de informação e das práticas documentárias institucionalizadas propostas por Frohmann (1994, 2012).

No uso do idioma vernáculo como estratégia de soberania do Estado, a chancelaria modificaria e institucionalizaria novas práticas de produção documental, consolidando e estabilizando normas, procedimentos, formatos, tecnologias no estrato chamado por González de Gómez (1999) de metainformacional e práticas documentárias institucionalizadas por Frohmann. A normalização documental implicava também num controle do vernáculo em seu uso nos documentos. Considera-se, portanto, uma influência da normalização documental na normalização ortográfica e gramática, dentro de uma política da língua dos Estados nacionais emergentes, que desencadeou o que Auroux (2009a, 2009b) denomina revolução da gramatização.

Para fazer ouvir e cumprir as leis e ordens do Estado, a difusão de artefatos de informação pelo que González de Gómez (1999) chama de estrato do dispositivo, observaram-se dispositivos construídos pelo Estado como meios de publicização do que deve ser ouvido e cumprido como era o caso dos anúncios feitos pelos arautos. É um treino do ouvido, uma

memorização, que tanto quer fazer cumprir a lei, quanto ordena a língua. É intencional, tecnicamente disponibilizado, expressa um projeto e deve produzir efeitos e resultados. Além de fazer cumprir as leis e ordens, limita as possibilidades do discurso. Portanto, o estudo da normalização documental pelas chancelarias reais pode ser objeto de pesquisa da Ciência da Informação não exclusivamente no que se refere à conformação dos documentos, mas no exame de sua contribuição e efeitos no chamado processo de gramatização das línguas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. E. de. Os sentidos da expressão língua materna na Idade Média. In: BERNARDO, S.; AUGUSTO, M. R. A.; VASCONCELLOS, S. **Linguagem: teoria, análise e aplicações** (6). Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 93-104. Disponível em: <http://www.pgletas.uerj.br/linguistica/textos/livro06/LTAA_livro_completo.pdf>. Acesso em 30 jul. 2018.
- ARIAS, A. A. de M. Canções de gesta e imagens da realeza: três exemplos. **Imagem da Educação**, v. 2, n. 3, p. 35-44, 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YPMVIG0pZd8J:periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/download/18783/9903+&cd=3&hl=pt-BR&ct=dnk&gl=br>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2009a.
- _____. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Parabólica, 2009b.
- BATANY, J. Escrito/Oral. In: LE GOFF, J.; SHCMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Baurú: EDUSC, 2006. v. 1.
- BATISTA, N. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro - 1**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 5).
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BURKE, P. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- _____. **Hybrid Renaissance: culture, language, architecture**. Budapeste: Central European University Press, 2016.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.
- FRAENKEL, B. A assinatura contra a corrupção do escrito. In: BOTTÉRO *et al.* **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1995.
- FEBVRE, L. ; MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Hucitec. 1992.

FÉDOU, R. **Lexique historique du Moyen Âge**. Paris: Librairie Armand Colin, 1980.

FIANU, K. À tous ceux qui ces lettres verront. La formalisation de la communication royale selon Odart Morchesne (1427). In: BOURDREAU, C. *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 427-438.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 (impressão de 2011).

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, v. 9, n. 14, p. 227-249, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. The social and discursive construction of new information technologies. In: INTERNATIONALES SYMPOSIUM FÜR INFORMATIONSWISSENSCHAFT, 4., 1994, Graz. **Proceedings ...** Universitätserlang Konstanz, 1994. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.134.3443&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 22 maio 2009.

GARCÍA RUIPÉRES, M. La denominación de tipos, series y unidades documentales em España: aportación a la teoría archivística. **Documenta & Instrumenta**, n. 14, p. 41-75, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/49740>>. Acesso em: 15 set. 2018.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

GUREVIČ, A. J. O mercador. In: LE GOFF, J. (Org.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 165-192.

HEITLINGER, P. **Cadernos de tipografia e design**, n. 21, 2011. Disponível em: <<http://tipografos.net/cadernos/CT21-Garamond.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

ILARI, R. Reflexões sobre língua e identidade. In: ENCONTRO DO CELSUL, 6., Florianópolis, 2004. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2004. (não paginado). Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Palestras/Reflex%C3%B5es%20sobre%20l%C3%ADngua%20e%20identidade.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1982.

LOYN, H. R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: 1990.

LUSIGNAN, S. Le choix de la langue d'écriture des actes administratifs en France. In:

BOURDREAU, C. *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 187-201.

MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: AGRELO, A. B. (Org.). **Na nosa lyngoage galega**. A emergência do Galego como língua escrita na Idade Média. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega / Instituto da Língua Galega, 2007. p. 161-184. Disponível em: <http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/MartinsPrimeiroSeculo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MORSEL, J. Quand faire dire, c'est dire: le seigneur, le village et la Weisung en franconie du XIII au XV siècle. In: BOURDREAU, C. *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 309-326.

MUNDY, J. H. **Europe in the High Middle Ages**. 1150-1309. Londres/Nova York: Longman, 1991.

NIEUS, Jean-François. Des seigneurs sans chancellerie? Pratiques d'écrit documentaire chez les comtes et les barons du nord de la France aux XII-XIII siècles. In: **Bulletin de la Commission Royale d'histoire**, Académie Royale de Belgique, v. 176/2, p. 285-311, 2010.

NOVÁK, V. La souce du savoir: publication officielle et communication informelle à Paris au début du XV^e siècle. In: BOURDREAU, C. *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 151-163.

OFFENSTADT, N. Les crieurs publics à la fin du Myen Âge. In: BOURDREAU, Claire *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 203-217.

REUTERS. **Papa Francisco retira latim como língua oficial em sínodo no Vaticano**. G1: Portal de notícias da Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/papa-francisco-retira-latim-como-lingua-oficial-em-sinodo-no-vaticano.html>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n1/1981-5794-alfa-60-1-0011.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

TROITIÑO RODRIGUEZ, S. M. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez. In: CAMARGO, Ana M. de A. *et al.* **Dar nomes aos documentos**: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. p. 158- 181.

VATICANO. **Lei fundamental do Estado da Cidade do Vaticano**. Vaticano: Sala de Imprensa da Santa Sé, 2000. Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/informazione_generale/legge-fondamentale_po.html>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VATICANO. **Regimini ecclesiae universae**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paulvi/it/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_19670815_regimini-ecclesiae-universae.html>. Acesso em: 06 ago. 2018.

WEIDENFELD, K. Nul n'est censé ignorer la loi devant la justice royale (XIV-XV siècles). In: BOURDREAU, C. *et al.* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004. p. 165-183.

ZINK, M. Literatura(s). In: LE GOFF, J.; SHCMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Baurú: EDUSC, 2006. v. 2.